

O INFERNO DO CORONAVÍRUS

ALBERTO TEIXEIRA DA SILVA

EDITORA

2022

O INFERNO DO CORONAVÍRUS

COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O INFERNO DO CORONAVÍRUS

ALBERTO TEIXEIRA DA SILVA

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Si2 SILVA, Alberto Teixeira da.

O Inferno do Coronavírus. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 107 p.

Coleção Comunicação e Políticas Públicas. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996307-6-7
https://doi.org/10.5281/zenodo.6338720

1 - Coronavírus. 2 - Covid-19. 3 - Mundo. 4 - Pandemia.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Ciências Sociais. IV - Série

CDD – 300

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A "Coleção Comunicação & Políticas Públicas", vinculada à Editora IOLE, tem o objetivo de divulgar livros, de caráter didático e relevância científica e social, produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas do conhecimento.

O selo "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e da práxis em diferentes áreas do pensamento científico e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras
(Organizador da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

Para a Fernandinha!

Estamos caminhando
como sonâmbulos em
direção à catástrofe

Edgar Morin

Se estiver passando pelo
inferno, continue
caminhando

Winston Churchill

Não se iludam
Não me iludo
Tudo agora mesmo
Pode estar por um segundo

Gilberto Gil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 13

CAPÍTULO 1 |
A pandemia e reações pelo mundo 19

CAPÍTULO 2 |
Crises e emergências sistêmicas globais 37

CAPÍTULO 3 |
COVID-19 na Pan-Amazônia 53

CAPÍTULO 4 |
Olimpíadas, soft power e sustentabilidade no padrão Japonês 71

CAPÍTULO 5 |
Pós-capitalismo e desenvolvimento para a cidadania 79

CONCLUSÃO | 93

SOBRE O AUTOR | 99

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Do choque subido e progressivo à uma realidade inimaginável. O mundo desacelerou e, vertiginosamente, se acalmou. Um vírus mortífero fulminou os circuitos vitais das sensibilidades e engrenagens que fazem girar a economia, movimentar as cidades e aproximar pessoas e afetos. No início, o confinamento e paralisia dos grandes centros urbanos, conteve, parcialmente, o ritmo frenético da globalização (diminuindo a poluição e o avanço das mudanças climáticas), mas, não tardaria a volta da máquina tóxica da indústria fóssil.

O certo é que a COVID-19 expôs, de forma contundente, as fragilidades da nossa surrada contemporaneidade. O show da vida foi travado e grandes eventos e projetos, tiveram que ficar para depois, muito depois. Os momentos mais complicados estavam por vir. A ficha ainda não tinha caído, e não cairia tão cedo. Sem fazer a lição essencial, o mundo, que já não ia bem das pernas, foi pego despreparado, entrou em colapso e ruiu.

Na correria indesejada e diante da "nova normalidade", diferentes segmentos da sociedade, mas, sobretudo, as escolas, tiveram que transitar na marra para um outro modelo de ensino e aprendizagem. Aulas no formato à distância em plataformas *online, lives*, começaram a comandar os novos tempos da educação, das comunicações, das manifestações culturais e dos negócios.

Numa escola particular, no centro da cidade de Belém, onde minha filha estudava, reinava, obviamente, um clima de desilusão. Diante do escuro, ninguém poderia ter qualquer preparo para enfrentar aquela situação. Orientação pedagógica e professores tinham que se qualificar (as pressas!) e se adaptar as mudanças provocadas pela pandemia. Essa crise causou (e ainda continua causando), perdas, transtornos e forte carga de estresse.

Já com alguns meses de pandemia, no final da aula, a professora perguntou o que a turma estava achando do isolamento. As crianças, sinceras e sem freios, disseram: "eu queria matar o coronavírus com uma chinela", "é ruim o coronavírus porque tenho que aguentar o chato do meu irmão", e, finalmente, Fernanda, ávida para falar, arrematou: "tenho muitas saudades, mas eu queria sair desse *inferno do coronavírus*". Daí o título do livro.

Acompanhei as falas em cima do lance. A menina exagerou, mas o desabafo foi compreensível, afinal de contas, o isolamento suspendeu as brincadeiras, os passeios, os beijos e abraços, a liberdade de ir e vir da garotada, enfim, a saudável e insubstituível sociabilidade. Traumas e ensinamentos que a geração atual e as futuras terão que conviver e amadurecer. A pandemia da COVID-19 estremeceu e continua estremecendo o mundo, ressignificando valores e comportamentos, e reacendendo dúvidas e controvérsias, num dos momentos mais desafiadores depois da Segunda Guerra Mundial, como afirmou a ex-chanceler alemã, Ângela Merkel.

Este livro reflete minhas percepções, sentimentos, além de inquietações conjunturais, nesta quadra histórica crucial de emergências globais interligadas (pandemias, mudanças climáticas, crises econômicas, perda de florestas, desigualdades sociais, disputas territoriais e conflitos geopolíticos, dentre outras).

Por certo, um registro tão micro quando o coronavírus, e o intuito é exatamente esse: ficar na memória, em movimento, como experiência de vida, no imaginário coletivo, no pensamento e ação do observador participante (como dizem os antropólogos) no curso de tensões e ciclos de mudanças.

O conteúdo se beneficia de breves textos publicados ao longo dos anos 2020 e 2021 em diferentes meios de divulgação

científica[1]. Diante do cenário caótico, mas também de esperança, que move corações e mentes, nada melhor do que respirar fundo, soltar a imaginação e deixar fluir, quem sabe, provocações que possam semear debates futuros.

Pelas longas batalhas diárias, mas sem perder a ternura, agradeço aos familiares e amigos. Dedico esta reflexão a minha filha, Fernanda, e claro não poderia faltar a lembrança da Lilica, nossa cachorrinha, que trouxe a leveza e o afago nos dias mais duros.

Ótima leitura!

Alberto Teixeira da Silva

[1] "Crise de civilização e a pandemia da Covid-19", "A Covid-19 na Pan-Amazônia" e "*Soft power* e sustentabilidade nas Olimpíadas de Tóquio 2020", na Revista Mundorama, da Universidade de Brasília (UnB). O texto "Outros mundos da pandemia: a Amazônia marajoara (des)encantada", aparece no Repositório de Percepções (Humanidades) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e "Guerra sem trégua", no Boletim de Conjuntura (BOCA), do *think tank* IOLEs.

CAPÍTULO 1

A pandemia e reações pelo mundo

A PANDEMIA E REAÇÕES PELO MUNDO

Chegamos numa fase crítica da história, com a declaração de guerra de um vírus contra a humanidade. Não à toa, os alertas e sinais já estavam sendo emitidos nos filmes, nos escritos e nas pesquisas científicas. O futuro distópico se cristalizou com a primeira peste moderna de escopo planetário do século 21, detonada pelo novo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave, SARS-CoV-2 – e com a correspondente Doença do Coronavírus 2019 -COVID-19 (SENHORAS, 2021).

A COVID-19 como fenômeno epidemiológico transnacional, invadiu diferentes espaços geográficos do planeta. Como ator empoderado e franco atirador, o novo coronavírus frequenta sem pompa, nem formalismos, uma gama de universos e tecidos sociais. Não se intimida diante de hierarquias e autoridades, e avança desregrada sobre territórios adensados e populações isoladas. Uma guerra sem trégua, que quebra qualquer argumento prospectivo sobre o futuro dos humanos na (des)aventura da modernidade.

Um soco no estômago, um tapa na cara da sociedade global, dita civilizada, dominada pelo progresso material e sofisticação tecnológica, mas derrotada pela incapacidade de gerar sociedades prósperas e sustentáveis. Nos metemos numa profunda guerra biológica, silenciosa, com altíssimo grau de letalidade. Guerras mundiais passadas aconteceram entre exércitos de grupos de países distintos, tanques e armamentos que mobilizaram forças bélicas e contingentes de soldados. A contenda atual foge dos parâmetros de guerras pretéritas.

Já vai mais de dois anos, foi exatamente em 31 de dezembro 2019, que a Organização Mundial da Saúde (OMS), obteve informações de casos de pneumonia na China, mais precisamente

na cidade de Wuhan, província de Hubei. Era a virada do ano novo. Lembro-me bem das emissoras de televisão noticiando o fato, obviamente sem provocar qualquer alarde ao distinto público, em geral, menos atento.

A data marcava um período de comemorações e bebemorações. Conversas paralelas, crianças brincando, algumas tímidas previsões para receber 2020, que já não era aguardado com entusiasmo nas boas rodas de conversas das famílias e de analistas internacionais. Não se imaginava que aquele momento, seria o marco inicial de uma profunda crise humanitária, que a partir de um determinado ponto geográfico (continente asiático), pudesse se espraiar para todo o planeta.

PÂNICO E PONTO DE INFLEXÃO

A partir de Wuhan, foi fulminante o modo que a doença se alastrou para os vários continentes, sem respeitar fronteiras e soberanias. Como um rastro de pólvora se dispersando numa velocidade frenética, aproveitando-se dos fluxos das pessoas, num vendaval de contágios incontroláveis, que chegaria fatalmente aos quatro cantos do planeta. Não mais que de repente, os mercados e os governos entraram em parafuso, a vida virou de cabeça pra baixo.

Uma guerra se instalou, sem tempo de preparação de um dos lados, para conter a aceleração da COVID-19, fora de controle e das amarras territoriais. A emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), considerada o mais alto nível de alerta da OMS, foi anunciada em 30 de janeiro de 2020. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi classificada como uma pandemia pela OMS, considerando que os surtos da doença já estavam presentes em vários países.

A China agiu rapidamente, acionando seu *modus operandi* implacável de *top down* (de cima pra baixo). A cidade de Wuhan foi esvaziada e seus moradores confinados sob regras rígidas. A decisão rápida de decretar o *lockdown* (bloqueio completo), teve bons resultados e evitou que o vírus se alastra-se de forma descontrolada pelo país. Muitos seguiram o caminho do velho e bom pragmatismo: Coréia do Sul, Singapura etc.

Outros desdenham da crise ou demoraram para agir, como por ex: Itália, Espanha e Estados Unidos (EUA), ficaram por muito tempo no topo de infectados e perdas humanas. Enfim, governos mais reativos e preparados, implementaram medidas duras e racionais, achatando a famosa "curva" de forma célere, como a China. O fato é que a COVID-19 chegou na Europa, pegando desguarnecido o velho continente. Itália e Espanha foram duramente castigados.

Os países bem-sucedidos no combate à COVID-19, foram aqueles onde seus presidentes e mandatários, seguiram as orientações das instituições, cientistas e pesquisadores no campo da saúde pública. Além de serem guiados pela bússola científica e epidemiológica, se colocaram na linha de frente no *front* da guerra, ou seja, exerceram diretamente o comando das ações e políticas, tomando todas as providências para administrar a crise da melhor maneira. O que significa dizer: aplicação de testes, monitoramento dos casos e recomendações de isolamento, quarentena e, em alguns caros, *lockdown*.

Os países que combinaram vacinação, testagem e medidas drásticas, por tempo limitado, mas de forma bem disciplinada, em determinadas regiões ou nacionalmente, foram os que tiveram até agora mais êxito no combate à pandemia. Foi o caso de EUA, Israel, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Vietnã, Taiwan Coréia do Sul, Tailândia, etc. O Japão tentou conviver com o vírus, contando

com a disciplina de sua população, habituada ao uso de máscaras, etc. No início se deu bem, mas depois entrou em apuros.

À frente dos países nacional-populistas, negacionistas e críticos da agenda multilateral, Os Estados Unidos (EUA), com discurso de menosprezo ao potencial de contágio da COVID-19, demoraram para tomar as medidas recomendadas pelo OMC, sofrendo conseqüências drásticas. No início da pandemia, a maior economia do planeta, sem uma política pública de saúde adequada, sacrificou fortemente a população negra e pobre. O certo é que "a expansão do vírus expôs a precariedade dos sistemas de saúde, a dificuldade em coordenar respostas internacionais frente à difusão de males públicos globais e a falta de credibilidade de muitos governos perante seus cidadãos" (JAGUARIBE, 2021).

Com efeito, a ascensão de governos incidentais (ABRANCHES, 2020), de extrema-direita, que se viabilizaram no rastro de processos atípicos e imprevistos, notadamente nos EUA, com a chegada de Donald Trump na Casa Branca, em 2016, e no Brasil com Jair Bolsonaro, em 2018. Ambos deixam um legado de agravamento do desencanto com a democracia e desproteção social e uma leva de seguidores extremistas e fanáticos, além da defesa de pautas conservadoras e retrógradas.

A rigor, a chegada do século 21 trouxe a intensificação de várias crises, notadamente a crise do sistema de segurança internacional, com a queda das torres gêmeas nos Estados Unidos (2001) e outros ataques simultâneos. Vale lembrar o tsunami global provocado pela crise do sistema financeiro em 2008, que abalou o mundo e provocou uma quebradeira geral de bancos e instituições do mercado internacional, desestabilizando diversos países.

Na tormenta da pandemia, irmãs siamesas, economia e política, se imbricam como resposta ao combalido receituário neoliberal. O Fundo Monetário Internacional (FMI), recomendou

gasto público, sem equilíbrio fiscal. Os Estados nacionais reagiram com desembolsos bilionários na tentativa de salvar o que restou da economia, destroçada pela COVID-19. Ficou a lição, não à toa, de que nas sociedades modernas "o Estado ocupa papel estratégico no desenvolvimento econômico das nações" (FIORI; NOZAKI, 2022).

A crise trouxe também consequências políticas e geopolíticas, constituindo um teste para os governos nacionais e para a governança global. Embora enfraquecida pelas posições nacionalistas e contrárias aos esforços de políticas multilaterais, de países de peso no estabelecimento de consensos globais, como os EUA, a Organização Mundial da Saúde (OMS) acionou mecanismos e protocolos médicos e institucionais relevantes, no sentido de orientar ações e estratégias dos países no combate a pandemia.

Os conflitos e disputas em EUA e China, que já vinham numa escalada crescente, ganham outros contornos. Vale observar que o avanço da China na questão do comércio internacional, tem incomodado a maior potência econômica do planeta. No rastro da belicosidade entre esses países, abundam e se propagam teorias chocantes que justificam agressões mútuas, sem distinção político-ideológica.

A pandemia da COVID-19 não estabeleceu uma ruptura clássica nas relações internacionais, no sentido de brotar outro sistema, que pudesse resultar em uma nova ordem mundial, como houve no pós-segunda guerra mundial e a *debacle* da guerra fria (derrubada do muro de Berlim e derrocada do socialismo real). Contudo, os impactos e mudanças advindas da COVID-19, estão alterando as relações de forças entre instituições, blocos e países, sobretudo entre as grandes potências, no sentido de apontar para uma nova reconfiguração do poder global.

No limite, podemos reconhecer o recrudescimento da guerra fria, costurada por outros atores, cenários e protagonismos. Sob este prisma, no momento atual, exatamente em 24 de fevereiro de 2022, a guerra esquentou de vez, com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Não bastasse o horror da pandemia e o flagelo de populações ilhadas e desassistidas por governos medíocres e irresponsáveis, eis que o aterrorizante teatro de guerras volta a sequestrar a paz mundial.

Na "velha" normalidade (pré-pandemia), o mundo já acumulava uma safra de conflitos em múltiplas arenas geopolíticas, com ênfase entre as duas grandes potências mundiais. Portanto, longe de uma ruptura histórica, a pandemia está causando a aceleração de acirramentos das disputas comerciais e econômicas entre os Estados Unidos e a China, agora, com novas variáveis e incertezas.

A epidemia da COVID-19 revelou uma tremenda fragilidade das políticas públicas sanitárias dos países ricos e sua incapacidade de governança regional, e expos a crise do multilateralismo, que já vinha de dando de forma crescente, com a onda de políticas ultranacionalistas e avessas as agendas da governança global. Sem dúvida, "a pandemia de COVID-19 colocou em evidência e exacerbou os déficits do sistema multilateral mundial, em particular sua capacidade de resposta rápida à crise sanitária e econômica-social deflagrada em diferentes partes do planeta" (HIRST, 2021)".

A vitória de Joe Biden nas eleições dos EUA em 2020, representou o triunfo importante da democracia liberal em escala mundial (com impactos diferenciados nos países, blocos econômicos e geopolíticos), e a indicação de fortalecimento do multilateralismo nas relações internacionais, através de acordos comerciais, ambientais, climáticos, além de direitos humanos e migrações, enfim, a retomada nas mesas de negociações de agendas globais comuns.

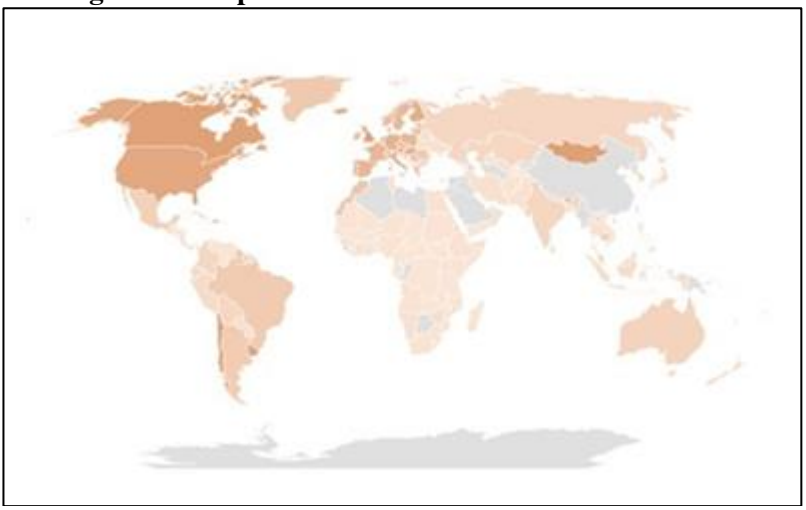
Durante a pandemia, as contradições vinham à tona, no rastro dos limites e incoerências das ideologias políticas. A China torna-se uma das maiores fornecedoras de insumos farmacêuticos e vacinas do mundo. Americanos fogem do *lockdown* e encontram abrigo nas cidades mexicanas. A Venezuela envia cilindros de oxigênio para socorrer a cidade de Manaus e abastecer redes de hospitais amazonenses. Cuba, país que sofre bloqueio comercial draconiano por parte dos EUA, produz sua própria vacina (a soberana) e ajuda países mais pobres que não podem comprar. A lição que fica é que as teorias não cabem na realidade. A realidade viva e cristalina se rebela, desmanchando muros e rótulos.

O ano de 2021 trouxe a derradeira esperança de combate efetivo à pandemia, com o início da vacinação no mundo, no dia 8 de janeiro de 2021, no Reino Unido. A vacinação em massa em vários países, mostrou que, embora não seja uma solução definitiva, as vacinas salvam vidas, reduzem significativamente a pressão sobre os sistemas de saúde, além de tudo, diminuem de forma considerável as possibilidades de agravamento da doença e casos de internação, além da permanência prolongada de pacientes nos hospitais.

Os investimentos financeiros vultosos de empresas e a preparação de equipes médicas especializadas, com suporte das instituições públicas (infraestrutura, pesquisa, apoio técnico-operacional), foi a aposta que deu certo, e por um determinado período, estabilizou a pandemia em várias partes do planeta.

Contudo, quando tudo parecia sob controle, eis que surge um novo surto de infecções causada pela variante Ômicron (sequência da Alfa, Beta, Gama e Delta), na África do Sul, no final de novembro de 2021. Apartheid vacinal e a proliferação de novas variantes. Terríveis desigualdades nas infraestruturas de saúde entre países no mundo. Falta de cooperação sanitária global nos coloca refém de novas ameaças e pandemias.

Figura 1 - Mapa de densidade de vacinados no mundo



Fonte: Our World in Data (2021). Disponível em: <www.ourworldindata.org>

Embora ainda tenhamos que conviver com variantes da COVID-19, a boa notícia que precisa ser pontuada em 2021, e sobretudo em 2022, é que, de um modo geral, as vacinas funcionaram e impactaram de forma positiva na diminuição de óbitos e prevenção de internações hospitalares. A Ciência contribuiu decisivamente, em criar as alternativas e soluções para combater a pandemia e restaurar um ambiente de retorno seguro do convívio humano e social, além de permitir a retomada das atividades econômicas.

A PANDEMIA NO BRASIL

No Brasil, depois do frenesi do carnaval de 2020, e com a guarda baixa para os surtos que não tardariam a chegar por estas

bandas, foi pego pelos inescapáveis fluxos de mobilidade internacional, com os primeiros casos de contaminação, ocorrendo, não por acaso, nas zonas residenciais da alta classe média paulistana, habitadas por cidadãos diferenciados que perambulam nos aeroportos globais.

Em 25 de fevereiro, foi o primeiro registro de óbito, exatamente na cidade de São Paulo. Logo, logo as várias capitais brasileiras iam sendo infectadas e passariam a comandar a dinâmica e os fluxos de espalhamento pelas áreas metropolitanas do país. O Brasil foi pego desprevenido e sem planejamento e estratégias adequadas para defender as populações mais vulneráveis que sobrevivem, sobretudo, nas médias e pequenas cidades.

No dia 26 de maio de 2020, a Organização Pan Americana de Saúde comunicou que a América do Sul havia se tornado o novo epicentro da pandemia do coronavírus no mundo, destacando que o Brasil é o país mais afetado da região (OPAS, 2020). Alguns meses antes, a cidade de São Paulo já tinha se tornado uma das principais portas de entrada do coronavírus na América do Sul, logo chegando ao Rio de Janeiro e outras áreas urbanas brasileiras e latino-americanas. Fluxos incontidos da doença chegaram nos principais centros urbanos da América do Sul. Bairros pobres da imensa periferia sul-americana enfrentariam picos e quadros infecciosos da terrível doença.

Muitos achavam que o Corona vírus perderia força quando chegasse em regiões consideradas periféricas e quentes. Essa lenda ficou no caminho. Ondas subsequentes da doença alcançariam centros urbanos do norte e nordeste. Assim aconteceu na Amazônia. Noticiários e jornais estamparam o saldo dramático de perdas humanas e debilidades dos sistemas de saúde nas duas maiores áreas metropolitanas: Manaus e Belém. A cidade de Manaus ganhou manchetes pelas imagens de forte impacto: pessoas morrendo nas filas de atendimento e nas suas casas, além de covas improvisadas

em cemitérios. Posteriormente, a cidade de Manaus ficaria marcada pelo morticínio de crianças pela falta de oxigênio.

No ápice da crise sanitária e das infecções, cidades como Belém, Manaus, Macapá, ficaram praticamente com sistemas de saúde colapsados. Esse foi o contexto de políticas que tardaram a ser estruturar e atuar emergencialmente para atacar as vulnerabilidades em termos de planejamento e atendimento hospitalar, suporte de equipamentos médicos e apoio logístico. Na periferia da periferia dos biomas brasileiros, pequenos núcleos urbanos, áreas rurais e indígenas, quilombos e populações de unidades de conservação, foram alcançados e devastados pela COVID-19.

No Brasil, o cenário do campo de batalha contra a COVID-19, segundo país como o maior número de mortos no mundo, alcançando mais de 647.486 óbitos até final do mês de fevereiro/2022, confirma o quão longo e trágico foi e está sendo para esse país. Debilitado pela aceleração de crises internas e externas, que já vinham se arrastando nos últimos anos e a falta de liderança político-institucional em contê-las (sobretudo no âmbito do governo federal), exatamente no momento crucial de responder ao agravamento e avanço da COVID-19 num território continental imenso e desigual.

A baixa assertividade do governo federal, no que diz respeito ao processo de vacinação, colocou em risco a saúde pública, que, numa situação de guerra como a atual emergência sanitária, deveria ser tratada como bem coletivo comum precioso. Em muitos livros futuros, não será em vão fazer uma autópsia de todo este período e testemunhar os vestígios de uma época, resumidas nas lutas "não só contra uma pandemia, mas também contra o pandemônio político e a patifaria humana" (NICOLELIS, 2020). Uma tragédia desenhada por ações políticas e atitudes irresponsáveis do governo central

brasileiro, na contramão dos protocolos, exigências e cuidados, que foram seguidos pela esmagadora maioria dos países democráticos.

Figura 2 - Cemitério Parque de Manaus



Foto: Estadão (2021). Disponível em: <https://www.estadao.com.br>.

A desgovernança presidencial e a crise político-institucional que tendem a se intensificar, colocam o Brasil na rota do caos e do desastre. Como epicentro nevrálgico da pandemia mundial, o Brasil está pagando o preço da ignorância, da desigualdade social, da degradação ambiental e falta de responsabilidade das elites políticas e econômicas. O certo é que a pandemia escancarou a desigualdades no Brasil, mostrando "todas as fraturas sociais que já existiam antes de a COVID-19 chegar" (NOBRE, 2020).

Por outro lado, estratégias adequadas e responsáveis de isolamento social/distanciamento, quarentena que os governos subnacionais executaram, foram decisivas para defender as suas populações. Na contramão da história, o presidente brasileiro faltou com a verdade em várias ocasiões, prejudicando uma ação efetiva contra a doença, ao afirmar que "o isolamento social não teve impacto positivo; ao cravar que a crise econômica causada pelo vírus mata tanto quanto ele próprio; ao dizer que o Supremo Tribunal Federal afirmou que são prefeitos e governadores os únicos responsáveis pela política contra a COVID-19, quando a corte não disse isso" (SAKAMOTO, 2020).

Estamos vivendo uma guerra sem trégua. Esse coronavírus infernal não dá descanso. Essa pandemia trouxe uma sensação e condição permanente de vulnerabilidade e risco. No Brasil, a situação continua com comandos de governança fragmentados e sem efetiva coordenação nacional. Os protocolos de segurança e cuidados (distanciamento, máscaras, higienização), continuam não sendo observados pelos que deveriam dar exemplo, em primeiro plano. Seguimos com cronogramas de vacinação interrompidos e comprometidos pela incompetência e descaso.

Por outro lado, a queda nos índices de infecções, internações e óbitos, significou o triunfo das vacinas no mundo e também no Brasil. Felizmente a maioria da população aderiu à vacinação e valorizou o esforço e entrega das pessoas e instituições que atuam na linha de combate. Ao contrário das desinformações propagadas por segmentos negacionistas, as vacinas são seguras, eficazes, testadas, aprovadas, regulamentadas e devidamente registradas por instituições médicas reconhecidas e legitimas.

Não é verdade que sejam experimentais. Três fatores principais explicar a celeridade no desenvolvimento das vacinas: investimento, colaboração e estudos prévios com outros vírus. Na verdade, muitos movimentos negacionistas se projetaram,

divulgando desinformações. Como observam Pasternak e Orsi (2021), "As vacinas genéticas não alteram nosso DNA, porque não têm como interagir com ele [...] as vacinas não têm como causar infertilidade".

No Brasil, o vírus do negacionismo passou a ditar a estratégia nacional de dificultar o avanço da vacinação. Não fosse a pressão da sociedade em geral, a situação do país no contexto pandêmico, seria muito pior. Vale destacar o papel e esforços, de diversos segmentos: as mídias, os diversos campos de atuação das sociedades médicas, somadas à ação dos governos subnacionais. Aqueles, que por diversas razões, não acreditaram nos benefícios das vacinas e não se vacinaram, no momento crítico de expansão da Ômicron, encheram os hospitais e leitos, pressionando os já debilitados sistemas de saúde dos municípios. Uma situação flagrante e irresponsável de "injustiça sanitária".

O direito à vacinação evoca o direito básico e fundamental de assistência e proteção a todos os cidadãos, indistintamente, através de políticas públicas coordenadas e eficazes. Portanto, o acesso às vacinas constitui um direito de cidadania. Contudo, país de tradição e credibilidade pela excelência do Sistema Único de Saúde (SUS) e centros de pesquisas importantes como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Instituto Butantã, o Brasil está preparado e eficiente em políticas de vacinação, com grande reconhecido por parte da ONU e instituições mundiais. Por isso, milhares de mortes poderiam ser evitadas no Brasil. Temos toda a expertise técnica e capacidade de negociação do Ministério da Saúde e Relações Exteriores, que salvariam vidas de brasileiros e evitariam tantas dores e sofrimentos de seus amigos e familiares.

Perdi muitas pessoas queridas nesta guerra insana. Meu amigo e irmão, José Cauby Monteiro, partiu para o andar de cima. Não nos falávamos com frequência, e nem precisava, embora nos encontros e cafés da vida (por tantos lugares, cidades e esquinas), o

tempo era eterno e calmo, um convite para aqueles papos que nunca queriam acabar. A nossa amizade, nunca abalada, sempre foi nutrida por um afeto misterioso e uma relação de carinho e acolhimento. Aproveitamos muito, juntos, as alegrias, os brindes, os dissabores, as ironias e a delicadeza da vida.

Profunda tristeza também com a perda do outro grande amigo William Monteiro. Jovem professor e pesquisador, intenso na forma de cativar a amizade, com seu sorriso largo, jeito bem-humorado e correto na vida profissional. Tinha um futuro brilhante pela frente. Generoso e humilde era um parceiro sempre pronto na hora de encarar os desafios. A pesquisa sobre a Amazônia em temas como mudanças climáticas, geopolítica e desenvolvimento sustentável, nos unia e foi base de algumas publicações juntos. Tínhamos combinado um reencontro, depois que a pandemia aliviasse, com um café em algum lugar da cidade. Não deu tempo. A gente vai morrendo um pouco com os rastros dramáticos e trágicos desta doença que vai destruindo o Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. “Vivemos um pesadelo democrático, mas não é a distopia realizada”. **Revista Problemas Brasileiros**, dezembro, 2020. Disponível em: <https://revistapb.com.br>. Acesso em: 19/02/2022.

FIORI, J.L; NOZAKI, W. “Poder e desenvolvimento: o declínio dos mitos liberais”. **Outras Palavras** [04/02/2022]. Disponível em: <https://outraspalavras.net>. Acesso em: 04/02/2022.

HIRST, M. “Cenários possíveis para o Multilateralismo político reformado e implicações para o Brasil”. *In*: LEITE, J. D.; MUNIZ,

L. G. (orgs.). **Política Internacional**: Reorientações do Multilateralismo. Rio de Janeiro: CEBRI, 2021.

JAGUARIBE, A. **COVID-19**: Antes e Depois. Rio de Janeiro: CEBRI, 2021.

NICOLELIS, M. "Uma carta para meus futuros netos". **El País** [07/12/2020]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 10/12/2020.

NOBRE, M. **Ponto-Final**: A guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

OUR WORLD IN DATA. "COVID-19 Data Explorer". **Our World in Data** [2021]. Disponível em: <https://ourworldindata.org>. Acesso em: 29/05/2021.

PAHO – Pan American Health Organization. "Weekly Press Briefing on the COVID-19 Situation in the Americas". **PAHO** [26/05/2020]. Disponível em: <https://www.paho.org>. Acesso em: 26/05/2020.

PARTERNAK, N.; ORSI, C. **Contra a realidade**: A negação da ciência, suas causas e consequências. Campinas: Papirus 7 Mares, 2021.

SAKAMOTO, L. "Vacina não chega já. Até lá, desprezo pela "gripezinha" matará muita gente". **Portal UOL** [02/12/2020]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 03/12/2020.

SENHORAS, E. M. "O campo de poder das vacinas na pandemia da Covid-19". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 18, 2021.

CAPÍTULO 2

Crises e emergências sistêmicas globais

CRISES E EMERGÊNCIAS SISTÊMICAS GLOBAIS

A pluralidade das crises contemporâneas tem como pano de fundo, uma gigantesca e abrangente crise civilizatória e suas interfaces. A aceleração de fluxos globais (materiais e imateriais) em múltiplas direções, que se concretiza através de diferentes formas e sentidos (mercadorias, ideias, serviços, imaginários), intensificada pelas tecnologias de informação e plataformas digitais, está transformando radicalmente a modernidade como símbolo de conquista, progresso e felicidade.

CRISE CIVILIZACIONAL: TURBULÊNCIAS E INCERTEZAS

Quando nos referimos ao capitalismo, é mister observar que, para além de um modo de produção (forças produtivas e relações de produção) historicamente determinado, portando, mutante e/ou transitório, significa também "um processo civilizatório mundial, que invade todo o globo, envolve o intercâmbio universal e cria as bases de um novo mundo, influenciando, destruindo ou recriando novas formas sociais de trabalho e vida e outras formas culturais e civilizatórias" (IANNI, 1996, p. 161).

Para o bem e para o mal, instabilidades e crises geradas pelo capitalismo, colocam em evidência os valores e ideais propagados em nome do modelo civilizatório, fundados nos conceitos de evolução, progresso e felicidade. Conforme Max Weber (1864-1920), um dos grandes representantes da Sociologia, A vida moderna trouxe a estrutura burocrática e a eficiência, que nos prenderam numa "jaula de ferro da racionalidade".

Além das "certezas" advindas das revoluções científicas e dos modernos métodos de controle e domínio do homem sobre a natureza, a modernidade do bem-estar seria garantidora da ilusão de que "o avanço do processo civilizatório promoveria o aprimoramento ético e intelectual da humanidade, tornando nossas vidas mais felizes, plenas e dignas de serem vividas (FONSECA, 2016, p. 16).

A pandemia da COVID-19 colocou em xeque ideários e crenças de bem-estar e prosperidade prometido pela modernidade. Estamos vivendo uma duradoura e agonizante crise de civilização. As turbulências e impactos trazidos pela doença, revelam os limites e fracassos do modelo de governança mundial, que não atende as necessidades e exigências de sociedades justas e fraternas.

O atual paradigma de desenvolvimento, a rigor, um modelo baseado no crescimento econômico, expressa as contradições do sistema produtivista e consumista vigente, advindos da dupla revolução (francesa e inglesa), que pariu a modernidade enlouquecida pela acumulação de bens e colonizada pela falsa ideia de desenvolvimento e progresso, cuja lógica se baseia na concentração de riquezas, na mercantilização da natureza (com o depleção de recursos naturais, ambientais e sociais), nas crescentes assimetrias de poder e no definhamento da democracia liberal e representativa.

Na esteira de processos que sintetizam e definem uma época global de perplexidades (DREIFUSS, 1996), estamos atravessando uma quadra histórica estonteante e assustadora. A pandemia da COVID-19 coloca na roda dos debates acalorados e difusos, o caráter multidimensional do atual momento histórico e crítico que passa a humanidade. O mundo está sendo confrontado por velhas e novas questões sistêmicas, que suscitam múltiplos desafios e agendas de políticas públicas. Embora apareça, em primeiro plano, a questão sanitária, o impasse atual do capitalismo, une e rearticula

crises civilizacionais multifacetadas (geopolíticas, econômicas, ambientais, culturais, epidemiológicas etc.).

Muitas expressões são úteis para designar os tempos atuais. O prestigiado sociólogo Zygmunt Bauman fala de um mal-estar da pós-modernidade, onde estaríamos irremediavelmente presos e confinados, além de solapados por uma arquitetura de sociedade baseada na insegurança e nas relações frágeis e efêmeras, como apontou no conceito de modernidade liquida (BAUMAN, 2007). O saudoso geógrafo Milton Santos dizia que vivemos num mundo confuso e confusamente percebido, numa época histórica estonteante e acelerada (SANTOS, 1998).

Diante de um sistema global, igualmente as crises são plurais e globais. Crises diante da hegemonia arrebatadora do capitalismo multifacetado e imprevisível. Crises sucessivas que estão desencadeando instabilidades, conflitos e choques étnicos, geopolíticos, ecológicos. São crises de situações nutridas por dependências, contradições e assimetrias entre modos de vida, valores e modelos de desenvolvimento.

A intensificação da globalização excludente coloca em evidência processos robustos em escala planetária: busca desenfreada pelo lucro, especulação financeira, reprodução de desigualdades locais, nacionais e continentais, ampliação de nichos de pobreza e movimentos de refugiados ambientais sem precedentes. As crises produzem perdas econômicas, sepultamento de patrimônios e culturas milenares, além de um quadro monstruoso de miséria e degradação de sociedades no mundo inteiro.

As crises atuais estão desafiando a imaginação e a criatividade das forças e elites políticas que governam o modelo de desenvolvimento em escala global. A governança do sistema global não pode ser conduzida por um condomínio elitista de governos e

empresas sob a égide ideológica do crescimento econômico sem freios e descompensado.

Os sinais dessas crises estão na profusão de problemas políticos, sociais, econômicos, ambientais e éticos, notadamente mudanças climáticas, mobilidade urbana sem planejamento adequado, escassez de recursos naturais (sobretudo a água), consumismo exacerbado e produção de resíduos que comprometem a qualidade de vida; enfim, um conjunto de bens e serviços públicos, que não estão sendo apropriados com responsabilidade individual e coletiva.

A crise contemporânea também está marcada pela fragmentação do pensamento, que leva aos diversos tipos de reducionismos e enganos. A incapacidade de conceber o pensamento complexo, vitalizado pela união de saberes e trocas de diálogos, compromete um processo de aprendizagem e de transformação social, visto que distorce a realidade e deixa de problematizar conteúdos centrais para a constituição de uma cidadania autêntica. "Há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários" (MORIN, 2004, p. 13).

A GLOBALIZAÇÃO DA PANDEMIA

O potencial de transmissão e contaminação da COVID-19 encontrou terreno fértil na sociedade global, cada vez mais interconectada e integrada. A globalização como processo histórico multicausal e multidimensional, criou as condições materiais,

tecnológicas e cognitivas para um mundo sem fronteiras, *pero no mucho*, visto que a definição de políticas territoriais domésticas, com repercussões externas, continua sendo marcada pela forte regulação estatal e interesses das elites nacionais e internacionais.

A pandemia alastra-se pelo planeta, na presenta data (26/02/2022), contabiliza 5.928.470 mortos, num cenário de recessão econômica, desemprego, perda de renda, deterioração das políticas públicas. A providencial intervenção do estado de bem estar, por parte de muitos governos, tornou-se consensual para reparar as infraestruturas domésticas dos países e retomar o fôlego da enferma economia neoliberal.

Com efeito, o passado recente enquadra o cenário contemporâneo do mundo. As intensificações de dinâmicas mundiais no pós-segunda guerra (1939-1945), notadamente o boom econômico e a "grande aceleração", e depois no pós-guerra fria, com as transformações do leste europeu e o fim da antiga União Soviética, forjaram uma era de fluxos e interdependências de múltiplas dimensões. Com o avanço da globalização assimétrica e a escalada das desigualdades e vulnerabilidades, o mundo ficou mais tenso e perigoso.

"A sociedade global é o novo palco da história, das realizações e lutas sociais, das articulações e contradições que movimentam uns e outros: indivíduos e coletividades, nações e nacionalidades" (IANNI, 2011, p. 208). Crescentes conflitos civilizacionais se amplificam, gerando um turbilhão de problemáticas e catástrofes: desigualdades sociais, neofascismo, degradação ambiental, conflito nuclear, mudanças climáticas e pandemias.

Com a trajetória célere e avassaladora do vírus, a partir da China, migrando para outras rotas de contaminação com Itália, Espanha, Inglaterra e Estados Unidos, transportada pelos fluxos da

globalização, invadindo regiões e alcançando contingentes expressivos de indivíduos e coletividades; áreas urbanas e rurais estão sofrendo fortes impactos, mas resistem e lutam diante de um cenário adverso. A COVID-19 gerou também bifurcações geopolíticas indisfarçáveis.

Vale lembrar que, logo no início da pandemia, muitos países adotaram um discurso cético, além de proliferar em várias partes do mundo episódios de sinofobia (BRINGEL, 2020). A globalização da COVID-19 expôs diferenças e contradições das sociedades contemporâneas, com destaque para a virulência e o abismo da desigualdade social (HUPFFER *et al*., 2020).

A percepção de uma lógica democrática da COVID-19, afetando igualmente a todos, sem distinção de classes, credos e cores, não encontra abrigo no mundo real, pois no mapa mundi das desigualdades, a COVID-19 mata principalmente os que habitam a geografia da fome (SATO *et al*., 2020).

ANTROPOCENO, MEDO E EMERGÊNCIAS GLOBAIS

O novo coronavírus não veio do céu como praga e não surgiu por acaso. O mar de dúvidas e insinuações (fabricação do vírus em laboratório) abre espaços para as teorias conspiratórias e narrativas negacionistas, que disseminam mentiras, distorcem a realidade e atrapalham o debate público. A questão do surgimento do coronavírus deve ser pautada pela pesquisa científica de ponta, renomados grupos de pesquisadores e redes epistêmicas, e respaldada por países e instituições sanitárias sérias e com credibilidade.

O aparecimento de um vírus, que impõe tamanha crueldade, está relacionado, em grande medida, ao aquecimento global e

desmatamento tropical, no bojo da tempestade perfeita de irracionalidade e injustiça capitalista (FRASER, 2021), ou seja, ao padrão de intervenção e gestão dos humanos no curso da chamada Era do Antropoceno, "em que o homem passou a ser o principal vetor de mudanças biogeoquímicas no planeta" (VEIGA, 2019). A questão do Antropoceno se coloca em razão da grande interferência das ações e dos modelos de desenvolvimento, que apontam a aceleração de processos destrutivos implacáveis sobre as sociedades, sobretudo aquelas dependentes de patrimônio natural.

Com efeito, a pandemia de COVID-19 está diretamente ligada à crise do modelo de civilização, na interface com a crise ambiental e climática, pela forma agressiva e predatória de recursos da natureza. A crise ambiental, que é parte do modelo agressivo do capitalismo em relação à natureza e ao meio ambiente, está intensificando o surgimento de novos vírus e doenças infecciosas no planeta. A crise ambiental no ventre da sociedade global, pulsa e sinaliza que chegamos nos limites da faixa de segurança planetária, as chamadas fronteiras planetárias (*planetary boundaries)* (ROCKSTRÖM, 2009).

Segundo o físico e ambientalista austríaco Fritjof Capra, “a pandemia representa uma resposta biológica do planeta, diante de emergências sociais e ecológicas amplamente negligenciadas”. Portanto, é parte das dinâmicas de difusão de epidemias pretéritas de outros coronavírus (síndrome respiratória aguda grave - SARS e síndrome respiratória do Oriente Médio - MERS), no cenário frenético das agressões que os biomas estão sofrendo em todo planeta, devido à "degradação ambiental, à caça ilegal e ao comércio de animais silvestres, além da hiper globalização" (READ, 2020).

Portanto, nada mais do que uma tragédia anunciada, previsível, como outras. Alertas e advertências já estavam sendo colocados por especialistas, epidemiologistas, série de documentários ("*A Próxima Pandemia*", antevendo que as doenças

infectocontagiosas são mais letais do que as guerras convencionais). Também circulam nas redes sociais vídeos e relatos, como por exemplo, o discurso proferido em 2014 pelo ex-presidente Barack Obama e a palestra visionária do filantropo americano (GATTES, 2019).

Com efeito, a COVID-19 manifesta de forma inédita e singular, uma situação de medo global. Apresenta-se como "temor totalizante sentido por todos os habitantes de um coletivo, na expectativa de uma enorme quantidade de mortes que potencialmente ou de fato atingirá a todos e acabará o mundo conforme foi conhecido até um determinado momento" (RIBEIRO, 2020).

Sensações misturadas de impotência e indignação de comunidades indígenas e segmentos tradicionais da Amazônia, constituem marcas de sofrimento e desamparo durante toda a travessia das ondas pandêmicas na região. Estas populações que amargaram um desprezo feroz do poder central foram maltratadas pela virulência da COVID-19. Núcleos urbanos foram fortemente afetados, mas no interior do bioma, o drama e a possibilidade instantânea da morte, se tornou real e quase banalizada. “Viver hoje se resume a lavar as mãos e contar cadáveres” (COSTA; ALBUQUERQUE, 2020).

Nos momentos de angústia e ansiedade pela chegada da vacina, o cenário foi de gente morrendo sem assistência, nas ruas, nas casas, muitos morrendo nos corredores de hospitais, outros não conseguem leitos de internação. O Brasil estava se transformando na grande tragédia sanitária do planeta. Somos vistos como párias e perigosos para os outros países. Não existe comando governamental, muito menos coordenação nacional de combate à pandemia. População mais pobre e vulnerável morrendo de fome, alguns com auxílio minguado, muitos sem esperança de nada.

Estamos vivendo momentos tensos e decisivos, o medo de morrer por falta de assistência médica adequada. Hoje ninguém está a salvo, independente de condição social e econômica. O colapso sanitário exerce uma pressão muito grande no emocional. Mais do que nunca, se cuide, você não pode adoecer. Não tem leito clínico disponível na rede hospitalar e se precisar de UTI, vai ter que esperar uma vaga.

Precisamos de reorganização mental, em casa, no trabalho, equilíbrio, viver com intensidade o momento presente, nas pequenas coisas. Valorização e cuidado com a sua integridade como ser humano. Ninguém sabe a sua posição na fila. Tristes e dolorosos momentos de revolta e indignação. O contraponto do medo que paralisa é o abrigo do silêncio e a transgressão de caminhar, sempre em frente. Como diz o cantor e compositor Lenine: “Enquanto o tempo, acelera e pede pressa, eu me recuso, faço hora, vou na valsa, a vida é tão rara”.

Fala-se na "emergência climática", com toda a razão, mas estamos vivendo tempos de "múltiplas emergências globais" e novos eventos extremos terríveis, como a pandemia da COVID-19, a exploração descontrolada das florestas e biomas naturais, a ensandecida polarização política (com os riscos de declínios dos regimes democráticos) e o aumento das absurdas desigualdades sociais e ambientais locais e globais. Estas contradições amplificadas pela emergência sanitária, conectam, por sua vez, outras emergências igualmente dramáticas (miséria, violência, desemprego, feminicídio, etc.), que nos desafiam para uma compreensão complexa e transdisciplinar do mundo.

Adentramos numa perigosa e assombrosa escalada de problemáticas simultâneas, verdadeiras "*emergências globais*" (mudanças climáticas, tensão nuclear, insegurança territorial, exacerbação de conflitos étnicos-políticos, desigualdades sociais)

que se somam cumulativamente e aprofundam uma crise do modelo civilizacional sem precedentes.

Como afirma o sociólogo Boaventura Souza Santos "a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise que a população mundial tem vindo a ser sujeita" (SANTOS, 2020, p. 6). Pandemias e o aumento de doenças respiratórias amplificam o conjunto de riscos da modernidade (crises ecológicas, crises financeiras globais e crises de ameaças terroristas) da sociedade global (BECK, 2006).

Nós estamos longe de entender a profundidade da crise do modelo de civilização, e ainda mais distante de consensos igualmente civilizatórios modernidade atual. Não é meramente uma questão filosófica especulativa, é a realidade espelhada nas pequenas e grandes tragédias trazidas pela ilusão, alienação e encantamento pelo progresso.

A reprodução desse paradigma predatório vai ensejar outros eventos danosos e impactantes em diferentes lugares do planeta. Com o avanço da interdependência entre os diversos setores da sociedade global e a escalada das desigualdades e vulnerabilidades, o mundo contemporâneo fica mais tenso e perigoso. Inquieto e atento aos acontecimentos, e com uma bagagem de experiências e travessias de grandes conflitos, o filósofo Edgar Morin (que completou recentemente 100 anos), assinala que a crise desencadeada pela pandemia da COVID-19, “de um lado suscita a imaginação criativa e, de outro, suscita medos e regressões mentais” (MORIN, 2021).

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **A modernidade líquida**. São Paulo: Zahar Editores, 2007.

BECK, U. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo XXI de Espanã Editores, 2006.

BRINGEL, B. "Geopolítica de la pandemia, escalas de la crisis y escenarios en disputa". **Geopolítica(s) - Revista de Estudios sobre Espacio y Poder**, vol. 11, Mayo, 2020.

COSTA, N. M; ALBUQUERQUE, R. "Viver hoje se resume a lavar as mãos e contar cadáveres: notas sobre a crise humanitária na Amazônia". *In*: ALBUQUERQUE, R.; FERREIRA, G. A. (orgs.). **Quarentenas amazônicas**. Embu das Artes / Manaus: Alexa Cultural / Editora da UFAM, 2020.

DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades**. Petrópolis: Vozes, 1996.

FONSECA, E. G. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRASER, N. "Os novos horizontes do pós-capitalismo". [Entrevista concedida ao *Le Monde Diplomatique*]. **Outras Palavras** [29/07/2021]. Disponível em: <https://outraspalavras.net>. Acesso em: 17/02/2022.

GATTES, B. "A próxima epidemia? não estamos preparados". **TED** [2015]. Disponível em: <https://www.ted.com>. Acesso em: 19/04/2020.

HUPFFER, H. M. *et al*. "A globalização da Covid-19 e a distribuição desigual dos riscos sociais e econômicos". *In*: SOBRINHO, L. L. P. *et al*. (orgs.). **Covid-19**: ambiente e tecnologia. Itajaí: Univali, 2020.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, O. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MORIN, E. "Entrevista concedida a Rosa Freire D'Aguiar". **Facebook** [08/07/2021]. Disponível em: <https://www.facebook.com>. Acesso em: 22/09/2021.

READ, I. "Como epidemias moldaram o Brasil e legaram marcas profundas à sociedade". **Folha de São Paulo** [28/03/2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 21/04/2020.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RIBEIRO, G. L. (2020). "Boletim n. 5 - Cientistas Sociais e o Coronavírus: Medo global". **ANPOCS** [26/03/2020]. Disponível em: <http://www.anpocs.com>. Acesso em: 21/04/2020.

ROCKSTRÖM, J. *et al*. "Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity". **Ecology and Society**, vol. 14, n. 2, 2009.

SANTOS, B. S. "A cruel pedagogia do vírus". Lisboa: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, M. “A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo”. *In*: DOWBOR, L. *et al*. (orgs.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes. 1998.

SATO, M. *et al*. **Os condenados da pandemia**. Cuiabá: GPEA / UFMT / Editora Sustentável, 2020.

VEIGA, J. E. **O antropoceno e a ciência do sistema terra**. São Paulo: Editora 34, 2019.

CAPÍTULO 3

COVID-19 na Pan-Amazônia

COVID-19 NA PAN-AMAZÔNIA

Dentro do cenário dramático de avanço da pandemia para regiões mais sensíveis e marginalizadas, a Pan-Amazônia, também conhecida como Amazônia transnacional, a maior floresta tropical do planeta, compartilhada por Brasil, Colômbia, Venezuela, Peru, Equador, Bolívia, Suriname, Guiana e Guiana Francesa (departamento francês de ultramar), foi castigada com extrema severidade pelo avanço da COVID-19.

A situação continua sendo dramática e desoladora, sobretudo para grandes contingentes de moradores de pequenas e médias cidades ribeirinhas, grupos indígenas e populações tradicionais que necessitam de orientações adequadas, condições básicas de atendimento e infraestrutura hospitalar, mas que, desgraçadamente, sofrem com o desamparo e omissão das instituições públicas.

Já se especulava o quão seria dramático a chegada do coronavírus em áreas habitadas historicamente por populações marginalizadas e vulneráveis. Muitos diziam que o clima quente tropical da Amazônia, poderia se constituir numa barreira para a expansão da doença. Outros imaginavam que haveria um tempo longo para a doença bater as portas das suas casas. Tudo *fake news*. A verdade é que a COVID-19 chegou célere e fulminante, ceifando vidas e deixando famílias no desalento em diferentes partes da Pan-Amazônia.

AMAZÔNIA: TRAGÉDIAS E RESISTÊNCIAS

A realidade está mostrando, de maneira atroz, as marcas do colonialismo e subdesenvolvimento que vigoram na Amazônia, no

Brasil e demais países latino-americanos, "as mais antigas periferias da economia-mundo capitalista" (BECKER, 2005). Estes espaços e outras regiões pobres do sul global (América latina, África e parte da Ásia), estão agora no olho do furacão da COVID-19. O trem desgovernado do coronavírus desconhece fronteiras nacionais e limites geográficos. A bola da vez é a América Latina, que se transformou no novo epicentro mundial da pandemia. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta a pior recessão econômica da história para esta região, com 9,4% de queda do Produto Interno Bruto (PIB).

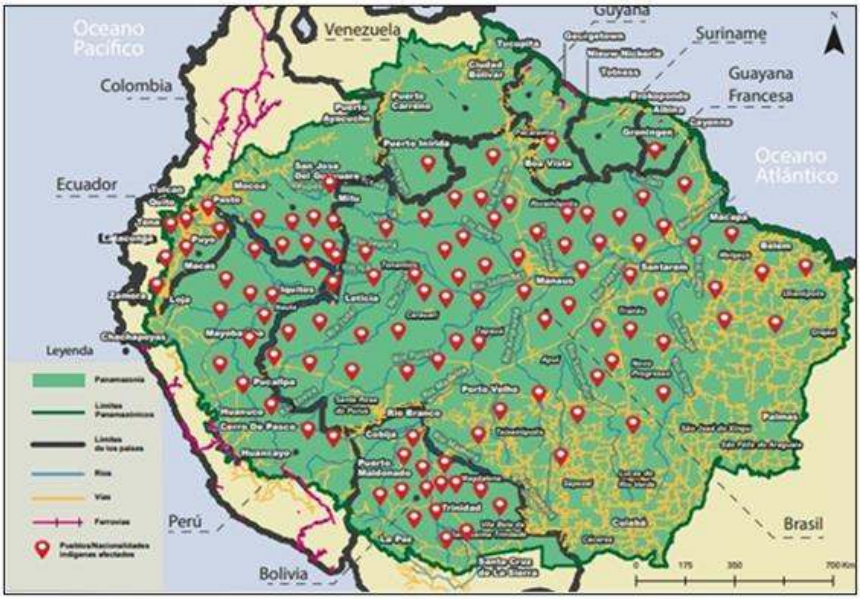
A atual crise epidemiológico-sanitária, atinge em cheio o coração da mega sociobiodiverdade mundial (diversidade cultural e diversidade biológica), na grandiosidade e mistério da Amazônia como bem comum global, desestruturando territórios, grupos indígenas, comunidades tradicionais e ribeirinhas, que vivem, de forma paradoxal, na porção continental estratégica do ponto de vista ecológico, geopolítico, geoeconômico e simbólico do planeta (COSTA, 2015; AMIN, 2015).

A COVID-19 se soma aos problemas históricos de ausência de ações de vigilância sanitária na região, falta de assistência e baixa governança dos governos em ações emergenciais em socorro aos índios e comunidades locais, configura uma situação de genocídio, absolutamente inaceitável, pois as comunidades indígenas representam a riqueza do patrimônio sociocultural de diferentes etnias, "são guardiãs cruciais da biodiversidade, um papel reconhecido pelo IPCC, grupo de especialistas da ONU sobre mudanças climáticas" (AFP, 2020).

Em diferentes frentes de batalha contra a COVID-19, os múltiplos mosaicos de Amazônias (dos planaltos, planícies, andes, guianas etc.), entrelaçados por culturas e saberes, buscam se defender e reagir, diante da agressividade do coronavírus. Porém, não conseguem evitar o destino impiedoso. De acordo com a Rede

Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), já são mais de 389 mil casos confirmados e 13 mil mortes pela doença na Pan-Amazônia, até 24 de junho. Entre as populações indígenas, são 11,3 mil infectados e 780 mortos, representando aproximadamente 147 povos afetados pela COVID-19.

Figura 3 - Avanço da COVID-19 nas comunidades indígenas



Fonte: REPAM. Disponível em: <https://repam.org.br>.

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), através da Rede Transfronteiriça COVID-19, tem realizado pesquisas e capacitado agentes na área da vigilância sanitária na tríplice fronteira do Alto Solimões. Trata-se de iniciativa colaborativa entre instituições e profissionais da saúde para enfrentamento do novo coronavírus, na região Brasil, Colômbia e Peru.

Na Amazônia brasileira, que corresponde a 67,8% da Pan-Amazônia, a pandemia avança sem tréguas, num cenário caótico. A combinação de altas taxas de desmatamento, período de secas e incêndios, afrouxamento da fiscalização pelas instituições competentes e a intensificação da pandemia, conformam a "tempestade perfeita" na Amazônia devorada pela inépcia e desgovernança.

A geopolítica atual foca, distintamente, recortes geográficos, atores e agendas, que ganham protagonismo na definição das políticas públicas globais. Governos subnacionais, redes epistêmicas e cidadãos vão assumindo iniciativas antes sob o monopólio dos Estados Nacionais. Temas como meio ambiente, depleção de recursos naturais, mudanças climáticas e segurança energética, tomam espaço na pauta dos grandes problemas da geopolítica e da governança mundial.

A crise que degrada o meio ambiente e gera tragédias climáticas no planeta, é parte decisiva e indissociável da crise do modelo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Recentemente, a crise ambiental-climática se intensificou na Amazônia brasileira - o coração da sociobiodiversidade mundial -, afetando, mais diretamente, os ecossistemas naturais e populações locais.

Numa sociedade interdependente e interconectada, o que acontece na Amazônia, influencia e repercute no mundo inteiro. Historicamente adormecida na condição colonial e periférica do sistema capitalista, a Amazônia brasileira volta a ser destaque na política doméstica e internacional. A amplificação dos desmatamentos e das queimadas, está sendo, em grande parte, atribuída aos equívocos da política ambiental do presidente Jair Bolsonaro, que tem incentivado os conflitos agrários e fragilizado a gestão institucional do sistema de proteção e monitoramento da Amazônia. A cooperação internacional também está sendo afetada

pela recusa do governo brasileiro em receber recursos financeiros do Fundo Amazônia e de países como a Alemanha, Noruega e Canadá.

O desgaste do governo, coloca o Brasil isolado e com imagem arranhada no âmbito da governança ambiental e climática global. Embora o governo central tenha uma visão equivocada da importância de preservar e proteger a Amazônia, os governos subnacionais no nível estadual, tem tido um comportamento favorável aos acordos de cooperação internacional, e com essa compreensão, buscam atrair parcerias e investimentos para o desenvolvimento sustentável da região.

O descaso do governo federal é escandaloso com as políticas de combate à COVID-19. Faltam medidas enérgicas de proteção aos índios e populações regionais da Amazônia. A rigor, a situação do Brasil no contexto nacional e internacional é constrangedora, diante do fracasso do país na condução do maior surto de epidemia dos últimos cem anos.

Principais metrópoles da região, Manaus e Belém foram diretamente atingidas, e se tornaram base de disseminação da COVID-19 para o interior da Amazônia. No Estado do Amazonas, onde o sistema de saúde pública já colapsou e onde não existem leitos com respiradores e de UTI para o atendimento de novos casos severos ou críticos da COVID-19, estudos tem indicado que "atrasar a chegada da doença por meio do distanciamento social, para que uma infraestrutura adequada de saúde seja implementada, é uma das medidas mais importantes e deve ser priorizado como estratégia para reduzir o número de óbitos por COVID-19 na região, especialmente nas pequenas cidades do interior do estado" (RAMALHO, 2020).

Outras diferentes respostas de governos e instituições não governamentais (Igrejas, sindicatos, associações), estão sendo

mobilizadas em defesa das populações da Pan-Amazônia. Universidades públicas e privadas, centros de pesquisa, grupos em plataformas como Facebook e aplicativos, conectam experiências e articulam apoio para os municípios (envio de máscaras, cartilhas, cestas básicas, equipamentos) e viabilizam demandas, junto aos órgãos e setores da administração pública.

Programas radiofônicos e distribuição de kits educativos com a participação de comunidades locais, são exemplos de resiliências e defesas da pátria. Em muitas regiões, nas esferas estadual e municipal, foram formados Comitês de Enfrentamento e Combate à COVID-19. Em outras Universidades formaram grupos científicos de acompanhamento institucional, que inclusive subsidiam tomadas de decisões de governadores e prefeitos. Artistas e instituições promovem e atuam em campanhas humanitárias.

Amazônia Brasileira (quase 70% da Amazônia Continental), mega diversa, desconhecida, e solenemente ignorada pelo federalismo conservador e centralizador. mega espaço ecológico, geopolítico e geoeconômico. Porção planetária estratégica para o desenvolvimento sustentável: do local ao internacional e global. Hoje, dia da Amazônia, momento de reflexão, celebração e denúncia.

A AMAZÔNIA MARAJOARA SOFRIDA E (DES)ENCANTADA

A compreensão do mundo através de crenças e tradições foi abalada com o surgimento da modernidade industrial. A racionalidade, o conhecimento científico, o pensamento crítico, se impuseram, ditando a lógica e as regras do jogo da vida contemporânea. Mas o encanto ainda persiste, de outras formas, embora tenhamos que reconhecer a força e o vigor da globalização do capitalismo e suas crises interconectadas.

A interiorização da COVID-19 não tardaria a chegar e trazer o desencanto para as múltiplas Amazônias, formadas por uma imensa diversidade de culturas, tradições, rituais, formas de organização social e modelos de produção econômica. Populações indígenas, ribeirinhos, quilombolas, gente simples do meio rural, seriam as próximas vítimas da maior pandemia do século XXI. Um olhar particular descortina os dramas e sequelas de populações atingidas pela COVID-19 na parte oriental do grande bioma amazônico: O Arquipélago do Marajó, no Estado do Pará.

Na Amazônia oriental, o Arquipélago do Marajó - maior espaço fluvio-marítimo do planeta, que abriga 16 municípios, dentre eles, muitos com os piores Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, a pandemia se dissemina entre ribeirinhos, índios e quilombolas, aproveitando-se das dificuldades e limitações da governança pública. Ali residem "populações desfavorecidas e marginalizadas que correm maior risco de serem infectadas pelo coronavírus, por conta da superlotação de residências em bairros pobres, baixo acesso à saúde e saneamento básico, trabalhos informais desempenhados na rua ou em postos que não permitem o seu desenvolvimento remoto e contínuas viagens de barco, principal meio de transporte" (VIEIRA *et al*., 2020).

Não obstante, as ilhas marajoaras atraíram apoios diversos, em destaque para a Campanha Marajó Vivo, com engajamento de instituições da sociedade civil, religiosas, comunitárias, profissionais autônomos, professores e comunicadores, enfim, uma rede de solidariedade que objetiva atender a população com informações e ações de suporte para o enfrentamento da pandemia.

O histórico isolamento político-geográfico e distâncias espaciais, aliadas ao contexto de pobreza social e estagnação econômica, compõe o cenário caótico e crítico das populações que habitam esse arquipélago, considerado a maior porção territorial fluvial e marítima do planeta, que abriga fantásticos recantos e

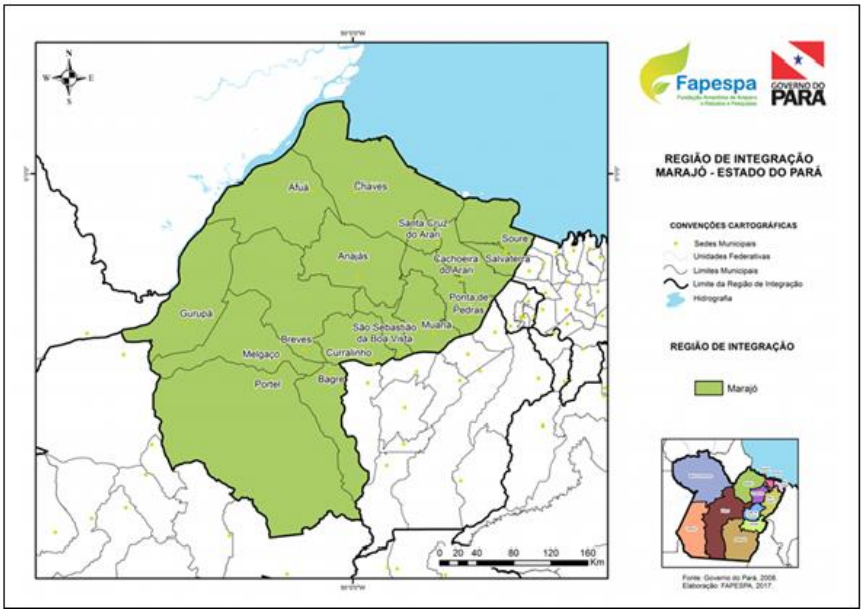
paisagens ecoturísticas, além de diversidades biológicas e socioculturais, consideradas chave para o desenvolvimento sustentável e a moderna bioeconomia da floresta em pé. Vale lembrar que o Marajó responde por grande parte do extrativismo regional do Açaí! energético, antioxidante e rico em ferro.

Embora exuberante, a Amazônia marajoara, composta por 16 municípios (Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure), agoniza entre os municípios brasileiros com os mais baixos Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH). Não por acaso, a lista mais recente dos IDHs municipais realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em 2013, o município de Melgaço aparecia como a pior avaliação do Brasil.

Os rios da Amazônia são veias e artérias que ligam vidas, transportam pessoas, mercadorias, sonhos, projetos e lembranças. "Esse rio é minha rua, minha e tua mururé, piso no peito da lua, deito no chão da maré", como anuncia a dupla paraense Paulo André e Ruy Barata, uma das obras prima do cancioneiro amazônico. Contudo, os deslocamentos fluviais entre as cidades amazônicas contribuíram muito para espalhar o vírus. As embarcações (barcos, canoas, rabetas e montarias) se transformam em vetores estratégicos de disseminação da COVID-19.

O crescimento urbano da Amazônia conformou uma rede de cidades, uma floresta urbanizada, que em tempos de pandemia, favorece a interligação e ajuda mútua entre as cidades. Por outro lado, as mesmas embarcações mobilizam agentes de apoio, ou seja, muitas formas de organização, resistência e luta são travadas para mitigar o sofrimento de parcelas significativas da população marajoara.

Figura 4 – Região de Integração Marajó



Fonte: Governo do Pará (2008). Elaboração: FAPESPA (2017).

A imagem de um barco-ambulância improvisado, resume as condições precárias utilizadas por agentes de saúde pública, que, incansavelmente, se dedicam a enfrentar as enfermidades no Marajó. Ao longo de sua trajetória profissional, a médica sanitarista Valdenora Andrade, que há 40 anos cuida de vidas no Arquipélago do Marajó já tratou de pacientes com cólera, sarampo, H1N1 e, agora, luta contra o mais grave problema na saúde pública do Brasil: a pandemia do novo coronavírus.

Exatamente no dia 14 de abril, foi registrado no município de Afuá, o primeiro caso de COVID-19 no Marajó. Desde então, esta região tem sido fortemente atingida pela doença, que se expande graças às fragilidades institucionais (falta de apoio governamental nas diferentes esferas), bem como, os fatores

endógenos de vulnerabilidade social e de precariedade dos sistemas e equipamentos de saúde.

Figura 5 - Barco-ambulância no Marajó



Fonte: O Liberal (2021). Disponível em: <https://liberal.com.br>.

O Arquipélago do Marajó, desgraçadamente apartado do desenvolvimento local, regional e nacional, segue uma triste saga de sofrimento e abandono. A pandemia chegou e expôs as terríveis mazelas de um lugar, ainda encantado, mas invisível e distante.

Grande parte da Pan-Amazônia está sendo sacrificada e padecendo por quase completa ausência de assistência por parte dos governos. A COVID-19 desnudou as mazelas sociais das populações que habitam a Pan-Amazônia. Na maior bacia hidrográfica do mundo, grande parcela dos amazônidas vivem subnutridos e absolutamente indigentes em termos de saneamento básico e água de boa qualidade. Este cenário aponta para a continuidade da sanha do desenvolvimento insustentável, embora se acredite nas forças e coalizões em torno da cooperação e de um modelo de desenvolvimento menos agressivo.

Na ordem do dia, a reforma tributária, que precisa ser uma política de mitigação das desigualdades regionais e sociais. A Amazônia é chave para detonar uma revolução econômica verde, atraindo investimentos estrangeiros e dinamizando o mercado interno. Mais ainda, gerando emprego e renda com base em atividade sustentáveis.

A Amazônia precisa desenvolver uma nova economia centrada no aproveitamento inteligente e responsável dos seus recursos naturais, culturais e sociais. Um dos caminhos é investir na Bioeconomia, com zelo, pesquisa e valorização da imensa megabiodiversidade e criar cadeias produtivas eficientes, que fomentem atração de negócios e inclusão de grupos empreendedores. Contudo, não nos esqueçamos, que a base de tudo, está no amálgama constituído de produção de conhecimento científico, saberes tradicionais, tecnologia e inovação, com a participação decisiva da sociedade civil e instituições públicas e privadas.

Por uma infinidade de benefícios e serviços que presta para a saúde planetária, a Pan-Amazônia deveria ser valorizada com políticas públicas de inclusão e investimentos nacionais e internacionais de grande porte. Urge mobilização de instituições globais, governos nacionais e locais, além da ampla participação da

sociedade civil, no sentido de assumir compromissos e esforços concretos, que priorizem ações coordenadas e integradas, no sentido de frear e controlar a pandemia (testes, mapeamentos, medicações e infraestrutura), disponibilizando recursos e equipamentos para garantir atendimento aos que necessitam.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, COP-26 E A GOVERNANÇA DA AMAZÔNIA

A pandemia agravou ainda mais a crise do modelo de civilização atual. Para além do colapso sanitário, hoje se vivencia uma conjuntura de crises plurais, conectadas e sistêmicas do capitalismo, que se traduzem em emergências globais como mudanças climáticas, desigualdades sociais e perda de biodiversidade. As mudanças climáticas já estão acontecendo há décadas, e cada vez mais se tornam frequentes e intensas.

A rigor, combater as mudanças climáticas deve ser prioridade máxima, por se tratar do desafio-mor da nossa civilização (MARGULIS, 2020). Nenhum país está fora do raio de ação e das consequências diretas dos eventos climáticos extremos. Embora os países pobres sejam os mais afetados e vulneráveis (sobretudo as mulheres e áreas periféricas), as regiões ricas e desenvolvidas, já padecem de perdas, destruições e mortes, derivadas do aumento das temperaturas médias do planeta.

Os problemas das mudanças climáticas, transição energética, escassez de recursos hídricos, perda de sociobiodiversidade (diversidade cultural e biológica) e o combate às desigualdades; não é uma questão de direita ou esquerda, ou qualquer campo ideológico imaginário. Os regimes democráticos, conservadores, liberais, progressistas, anarquistas, capitalistas,

socialistas, comunistas, são igualmente produto da mesma matriz histórica: a modernidade e o produtivismo industrial/urbano.

Na esteira do ideário liberal e da expansão do capitalismo mundial, vieram mudanças econômicas e culturais, que alavancaram o progresso, o consumismo, os empregos, a diversificação do mercado de trabalho, as comunicações, bem-estar, tecnologias, mobilidades e viagens (para uma minoria), enfim, as maravilhas e náuseas da globalização. Contudo, esta mesma matriz trouxe também uma modernidade de ameaças, riscos e tragédias, que estão destruindo o nosso planeta.

O agravamento da crise climática nas últimas décadas, fruto do modelo de crescimento econômico baseado nos combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e gás natural), e na destruição das florestas; que amplifica o aquecimento global e gera eventos climáticos extremos (ondas de calor, inundações, invernos rigorosos, queimadas, furacões), colocou a 26ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26) (que acontece entre os dias 2 e 12 de novembro), em Glasgow, na Escócia, no centro das atenções da sociedade global.

O Objetivo central da COP-26 foi cobrar engajamento dos países, sobretudo dos ricos e industrializados fazendo com que estes assumam efetivamente compromissos para reduzir as emissões de CO2 e garantir a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento do planeta a 1,5°C. A COP-26 representou uma oportunidade aguardada por muitos segmentos, para frear o aquecimento global e evitar a intensificação de catástrofes e turbulências provocadas pelos eventos climáticos extremos. Governos, negociadores, bancos e empresas, foram pressionados para agir com medidas urgentes e robustas, na direção de uma economia global de baixo carbono.

No que diz respeito ao Brasil, nos últimos anos, o aumento do desmatamento e o desmonte das políticas ambientais na

Amazônia, no cenário da fracassada cruzada negacionista e anti-globalista da política externa brasileira, macularam a imagem do país no contexto das relações internacionais, e o país chegou francamente debilitado no palco das grandes decisões globais. Difícil de acreditar, mas o Brasil compareceu à COP-26 como pária internacional, segundo o climatologista Carlos Nobre.

Diante da baixa credibilidade do governo federal nas negociações que estão ocorrendo na COP-26, os governos subnacionais brasileiros (governadores e prefeitos) e outras iniciativas e coalizões da sociedade civil, se articulam de forma pragmática e inteligente em busca de parcerias e recursos financeiros para combater o aquecimento global e as mudanças climáticas.

Está em jogo a confecção de um arcabouço jurídico-institucional, que tenha como fundamento, o paradigma da floresta em pé e populações protegidas, na busca de processos produtivos com base num modelo de desenvolvimento prudente, inclusivo e sustentável (centrados na Bioeconomia e baixa emissão de carbono), que permita combater o desmatamento e melhorar as condições de vida das populações paraenses, através do aproveitamento racional e inteligente de suas riquezas territoriais, biológicas e culturais.

As principais lideranças políticas, empresariais e organizações mundiais, já colocam na agenda do pós-pandemia, a urgente retomada dos investimentos e dinamização da economia e das finanças globais, que não terão horizonte sem o enfrentamento das questões sociais, ambientais e climáticas. A questão da Amazônia voltou a ser parte relevante da geopolítica do desenvolvimento sustentável, face as suas riquezas imensuráveis e potencialidades futuras.

A COP-26 foi mais uma chance de frear o aquecimento global e evitar a intensificação de catástrofes e turbulências provocadas pelos eventos climáticos extremos. O clamor da "emergência climática" não foi suficiente para mudar a chave para um planeta menos perigoso, embora alguns avanços devam ser considerados: compromisso com redução dos combustíveis fósseis e o destravamento do mercado de carbono. A proteção da sociobiodiverdade amazônica, como aspecto relevante da sustentabilidade mundial pode ser beneficiada com acordos e investimentos em direção ao fortalecimento da bioeconomia regional e descarbonizarão territorial.

É hora de uma governança global pra valer, com protagonismo dos diferentes atores internacionais, nacionais e subnacionais, buscando novos caminhos e alternativas para um planeta próspero, inclusivo e sustentável, com redução de gastos militares, taxação de grandes fortunas e diminuir desigualdades regionais e sociais e promoção maciça de investimentos em infraestruturas sanitárias (por conta das pandemias ameaçadoras) e transitar para uma economia verde, de baixo carbono, que possibilite ofertas de empregos saudáveis e geração de renda.

Fomos colonizados pelo modelo tóxico e poluidor baseado no petróleo, carvão, que estão matando as cidades e as pessoas. Hora de reduzir fortemente o consumo dos fósseis e virar a chave para a sustentabilidade das instituições, empresas, sistemas de produção e negócios, através do aproveitamento inteligente das fontes energéticas naturais (sol, vento, biomassa). Vai ficar pra trás quem não estiver nesta sintonia.

REFERÊNCIAS

A CRÍTICA. “Tribos indígenas da América do Sul pedem ajuda por causa da Covid-19”. **A Crítica** [30/03/2020]. Disponível em: <https://www.acritica.com>. Acesso em: 17/06/2020.

AMIN, M. M. “A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, setembro, 2015.

BECKER, B. “Geopolítica da Amazônia”. **Estudos Avançados**, vol. 19, n. 53, 2005.

COSTA, W. M. “O futuro da Gran Amazonía: um desafio para os sul-americanos”. **Pajaguás: Revista de estudos sobre a Amazônia e o Pacífico**, vol. 1, n. 1, 2015.

MARGULIS, S. **Mudanças do clima**: tudo que você queria e não queria saber. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

RAMALHO, E. E. *et al*. “Disseminação da Covid-19 em cidades e localidades rurais da Amazônia Central”. **Preprints Scielo** [2020]. Disponível em: <https://preprints.scielo.org>. Acesso em: 19/06/2020.

VIEIRA, I. C. G. *et al*. **Nota técnica 1: Panorama da Covid-19 nos municípios do Marajó, Pará**. Belém: Museu Goeldi, 2020. Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br>. Acesso em: 19/06/2020.

CAPÍTULO 4

Olimpíadas, soft power e sustentabilidade no padrão Japonês

OLIMPÍADAS, SOFT POWER E SUSTENTABILIDADE NO PADRÃO JAPONÊS

No calor das disputas decisivas pelo poder global, travadas pelas grandes potências, durante a segunda guerra mundial (1939-1945), o Japão já foi reconhecido como *player* emblemático, outrora imperialista, dotado de força bélica/militar (*hard power*) e pragmatismo expansionista. Todavia, as inesquecíveis e dramáticas bombas atômicas jogadas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, frearam o ímpeto do sonho japonês de hegemonia na Ásia e um assento estratégico na nova ordem mundial do pós-guerra (SARAIVA, 2008, p. 186).

A contenção da terra do sol nascente no tabuleiro da geopolítica mundial e da guerra, "fez nascer um Japão na paz" (como fala a música de Gilberto Gil e João Donato), que ressurgiu através de investimentos orientados de forma estratégica para a educação, ciência, tecnologia e inovação. Não por acaso, o Japão reinventou-se como uma das economias capitalistas mais pujantes, sob o signo da diplomacia cultural centrada em vários elementos e símbolos, o Cool Japan (OLIVEIRA; MAYARA, 2020), no contexto de produtos da cultura pop japonesa, identificados com a imagem de um Japão criativo e empreendedor (BRITO, 2013, p. 206).

O Japão contemporâneo se mobiliza nos fluxos dos recursos de poder derivado do *soft power* (poder brando), ou seja, a capacidade de influência e partilha de valores na sociedade global, projetando avanços civilizatórios, que possam ser aceitos e/ou compartilhados por outros países. Segundo o cientista político norte-americano Joseph Nye, com *soft power* "um país deve obter os resultados que deseja nas políticas mundiais porque outros países – admirando seus valores, querendo se igualar a seu exemplo,

aspirando seu nível de prosperidade e abertura – querem segui-lo" (NYE, 2004, p. 5).

Neste sentido, a inserção internacional japonesa em tempos de globalização, na virada do século XX, tem como orientação de política externa, a governança pública articulada aos interesses comerciais e empresariais, na perspectiva de influenciar o mundo e suas dinâmicas e agendas de desenvolvimento.

Como foi dito no início deste livro, muitos eventos e exibições esportivas globais, tiveram que, forçosamente, sofrer alterações e até mesmo, foram canceladas, em função do recrudescimento da COVID-19, diante do quadro de incertezas e riscos trazidos pelo aparecimento de novas variantes. O Japão tem atravessado a pandemia entre sobressaltos, fechamentos das fronteiras e decretação de emergências internas, mas conta a seu favor, hábitos e comportamentos preventivos, na esteira de uma cultural milenar.

Os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 foram atingidos em cheio pelas grandes instabilidades decorrentes da emergência sanitária. Entretanto, depois de entraves diplomáticos, adiamentos e certamente prejuízos financeiros, devido à pandemia da COVID-19, que mudaram os rumos do planejamento originalmente concebido; finalmente o Japão entrega em 2021, o que prometeu: os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 (sem esquecer a Paraolimpíadas, realizado logo em seguida), com organização exemplar, sofisticação tecnológica e visão antenada aos desafios globais de enfrentamento das mudanças climáticas.

Vale considerar que, o cenário atual de degradação social e ecológica, com o *mix* de pobreza, escassez hídrica e perda de biodiversidade, impõe a necessidade de transitar, de forma célere, para as fontes renováveis e as possibilidades de arranjos e experimentos com base na economia circular e mitigação de

impactos ambientais. Sem dúvida, a organização das Olimpíadas de Tóquio 2020, abraçou fortemente o compromisso com a sustentabilidade, dando visibilidade midiática e apontando caminhos, para as diversas maneiras de aproveitamento inteligente e criativo de resíduos (comumente chamado de "lixo") e fontes energéticas renováveis. Os resultados foram surpreendentes nos múltiplos espaços e palcos das competições.

Toneladas de dispositivos eletrônicos (*smartphones*, computadores e outros), adquiridos através de doações da população japonesa, serviram para confeccionar as 5.000 medalhas (ouro, prata e bronze), que serão distribuídas na premiação. Garrafas de plástico recicladas, foram utilizadas na fabricação das roupas dos participantes do revezamento da tocha olímpica. Também foi utilizado papelão reciclável nas camas dos atletas (que suportam peso de 200 quilos) da Vila Olímpica.

Todos os pódios foram concebidos com material reciclado e impressos em 3D. As tragédias também foram ressignificadas: algo em torno de 30% do alumínio da tocha olímpica (designer simbolizando a flor de cerejeira) foi procedente de casas temporárias construídas para os desabrigados do terremoto de 2011, em Fukushima. Vale registrar que os meios de transportes utilizados no evento, são movidos a base de hidrogênio, à bateria ou fontes híbridas (energias solar, eólica ou marítima).

No conjunto da primorosa macro e microarquitetura nipônica, detalhes engenhosos e arranjos de eficiência e produtividade, tudo foi pensado de forma integrada e harmoniosa, no sentido de levar uma mensagem de otimismo e esperança à humanidade. O Japão já estabeleceu como objetivo a neutralidade de carbono em 2050, mas é bom lembrar que segue com o dilema dos riscos e possibilidade de desastres nas suas usinas nucleares.

Um marco histórico que define uma época de mutações paradigmáticas e horizontes moldados por uma cultura da paz e prosperidade coletiva. O esporte assume, seguramente, uma dimensão de meritocracia, inclusão social e instrumento de civilidade (MATTA, 2021).

Diante das crises sistêmicas contemporâneas, crescem preocupações ambientais e climáticas e ganham força tendências e iniciativas com base no paradigma do desenvolvimento sustentável e na diplomacia do poder brando/suave, em busca de transições para sociedades mais resilientes e eficientes. As Olimpíadas de Tóquio 2020 já podem ser considerados eventos emblemáticos em termos de sustentabilidade mundial.

Tomara que a cultura da sustentabilidade possa avançar no cotidiano das cidades e nas políticas públicas dos países, servindo de aprendizado e permeando ações e atitudes responsáveis de governos, empresas, instituições públicas e cidadãos de todo o planeta. Que a próxima Olimpíada em Paris, prevista para 2024, caminhe nesta direção.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, M.; OLIVEIRA, A. "'Construindo o amanhã': Cool Japan como recurso de soft power para a imagem do Japão nas Olimpíadas de 2021". **Revista Compolítica**, vol. 10, n. 3, 2020.

BRITO, Q. G. **Animê como recurso de soft power**: comunicação e cultura na situação de globalização (Dissertação de Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea). Cuiabá: UFMT, 2013.

DAMATTA, R. “Esporte e civilidade”. **Estadão** [11/08/2021]. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br>. Acesso em: 10/08/2021.

NYE, J. **Soft Power**: The Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004.

SARAIVA, J. F. S. “A agonia européia e a gestação da nova ordem internacional”. *In*: SARAIVA, J. F. S. (org.). **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

CAPÍTULO 5

Pós-capitalismo e desenvolvimento para a cidadania

PÓS-CAPITALISMO E DESENVOLVIMENTO PARA A CIDADANIA

As terríveis contradições políticas, sociais e econômicas e desigualdades locais e globais, amplificadas pela emergência sanitária, que tem conectado outras emergências igualmente dramáticas (miséria, mudanças climáticas, perda de biodiversidade, desemprego, feminicídio, etc), nos desafia para uma compreensão complexa e transdisciplinar do mundo.

O choque da pandemia, duríssimo para a economia, mortal para a saúde pública e devastador para os incrédulos e dogmáticos políticos tradicionais, embora possa (e deva suscitar) novas e diferentes perspectivas, pode também reafirmar o velho padrão de convivência do passado - a velha calça desbotada (já desgastada pelo tempo). Nesta jornada de contradições e interesses, muitas narrativas perderam o rumo da prosa.

A crise sanitária é, sem dúvida, componente da perversidade do capitalismo predatório de matriz neoliberal. Neste sentido, é fundamental repensar princípios, formas e valores de uma sociedade pós-capitalista comprometida com a democracia, a redução das desigualdades sociais, um modelo de desenvolvimento econômico equilibrado e variadas formas de resiliência política.

PÓS-CAPITALISMO: SINAIS E DESAFIOS

A abolição do capitalismo tal como hoje o concebemos está em curso e se processando "quase invisível no interior do velho sistema, mas que rompe caminho, remodelando a economia em

torno de novos valores, comportamentos e normas" (MASON, 2017, p. 17).

A revolução das forças produtivas e contradições nas relações de trabalho, pela máquina do capital, está produzindo a própria derrocada do sistema tradicional (neoliberal), uma espécie de autodestruição criativa, que anuncia um outro patamar de sociabilidades e consumos de bens.

Dos escombros da sociedade industrial, está emergindo com vigor a arquitetura de uma sociedade pós-capitalista, gerada por amplos processos políticos, culturais e econômicos de colaboração e compartilhamento, com base em iniciativas coletivas de cooperativas, grupos de economia solidária, movimentos inovadores espontâneos e projetos circulares sistêmicos nas cidades sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Pode-se dizer que os fundamentos do pós-capitalismo estão colocados pelo aprofundamento da globalização "como um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial" (IANNI, 2004, p. 11). A globalização multidimensional pós capitalista implica igualmente na administração de uma sociedade complexa e contraditória, contudo, superando velhas estruturas e pensamentos retrógrados.

A crise do modelo capitalista neoliberal aponta para a sua superação por não responder as demandas de amplos segmentos da população mundial em termos de redução das desigualdades e desequilíbrios ambientais, que está desembocando em conflitos territoriais. As transformações advindas desse admirável mundo tecnológico, que reduz o valor dos bens e empodera grupos e pessoas na perspectiva de novos formatos e organização da vida política, cultural e econômica.

A era que o pós capitalismo anuncia está pautada em pelo menos três elementos: reflexividade, resiliência e

compartilhamento. A reflexividade deriva das reflexões sobre a modernidade e os riscos produzidos pela sua própria dinâmica, melhorando a capacidade de entendimento coletivo e diálogo na resolução de problemas. Ser reflexivo também implica seguir padrões de conduta individual afinados com valores defendidos consensualmente pela sociedade.

> Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base de reprodução do sistema [...] A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter (GIDDENS, 1991, p. 45).

A reflexividade dos cidadãos promove a melhor distribuição de renda e inclusão social, além de favorecer surgimento de espaços público democráticos e participativos. No marco da modernidade reflexiva, a sociedade faz avançar a utilização inteligente das tecnologias que promovem o pensamento crítico e criativo (LÉVY,1995). Neste sentido, cidades como Madrid, Barcelona e Paris, estão revendo a forma de planejar os espaços urbanos, com restrição de veículos e gestão democrática de territórios voltadas para os cidadãos e seus direitos de mobilidade e consumo ordenado e sustentável.

A transição para uma sociedade pós-capitalista também implica num grau elevado de resiliência e reforma do pensamento cultural, colocando condições objetivas e subjetivas em direção a uma cultura do desapego e diminuição do consumo. Deve atender formas e alternativas para garantir políticas que, ao contrário da

manutenção do *status quo*, tenham como orientação fundamental os pressupostos da resistência, superação e criação de outras identidades e agendas de inovação cultural.

A filosofia da economia do compartilhamento é avessa à acumulação de bens e vida perdulária. A economia do compartilhamento restabelece o sentido comunitário da vida em sociedade e aproxima atores que estejam sintonizados com princípios básicos de cidadania e pertencimento. Sites e experiências de ativismo digital, cada vez mais se expandem no Brasil e vários países do planeta, convergindo para a formação de parcerias e alinhamento de ideias e projetos alternativos de cooperação e ajuda mútua.

O mundo do trabalho no pós capitalismo, pressupõe a organização flexível da produção material e intelectual. A teoria do Ócio Criativo (MASI, 2017), forja uma surpreendente reflexão sobre as possibilidades de internalização de sentimentos e realizações no plano pessoal e coletivo, a partir de uma visão holística e sinérgica que a contemporaneidade oferece.

Com efeito, reflexividade, resiliência e compartilhamento são aspectos interconectados que moldam identidades, projetos societários e políticas públicas, no interior de rupturas e continuidades sistêmicas do capitalismo global.

A crise multidimensional do capitalismo contemporâneo, no cenário deste maravilhoso mundo tecnológico/digital, está resultando em formatos e dinâmicas inovadoras (políticas, culturais e econômicas), abrindo espaços para a penetração e avanços de lógicas e processos de gestão, que gerem mais agregação de valor e corresponde inserção de pessoas ao processo produtivo (diminuição do desemprego) e menos assimetrias e desigualdades entre sociedades locais, países e continentes neste planeta.

As crises existem para serem administradas e superadas no horizonte dos novos desafios postos pela sociedade. Não se colocam problemas que não possam resolvidos ou gerenciados. A crise contemporânea deve ser compreendida como crise de modelos que já não respondem às exigências do mundo atual, sedento de democratização do espaço público e ampliação dos direitos de cidadania. Mais ainda, projetos e canais de participação, envolvendo múltiplos atores, que querem exercer um papel protagonista na definição das agendas locais e globais.

Revolução tecnológica, movimentos de resiliências plasmados pela modernidade reflexiva e a economia colaborativa nutrida pelo valor da fraternidade e compartilhamento, conformam a emergência do pós-capitalismo numa época de grandes transições paradigmáticas.

O capitalismo clássico está sendo depurado nas entranhas de saltos progressivos de outras relações sociais, cuja essência se constitui em propostas de governança sob a ótica de iniciativas inteligentes, criativas e sustentáveis.

Com efeito, já é possível ter uma percepção aguda e crescente de experiências em todo o planeta, que manifestam o inconformismo e, até mesmo revolta com os padrões hegemônicos de crescimento econômico, que não tem se traduzido em aproveitamento racional de recursos naturais, igualdade em termos e oportunidades e, sobretudo, manifesta-se predatório e ineficiente diante dos desafios de justiça social, uso inteligente dos bens econômicos e prudência ecológica.

Cidades inteligentes neste século global caminham antenadas com um modelo de urbanização que repensa os impactos da modernidade industrial e transita para novos desenhos de urbes preocupadas com longevidade, qualidade de vida, poupança energética e economia criativa. Em tempos emergentes de novas

lideranças na política espanhola, como a alcaidessa da capital da Catalunha, a ativista social Ada Colau, outros formatos de espaços para a cidadania estão se espalhando na Europa e outros continentes. Não por acaso Barcelona está avançando.

O DESENVOLVIMENTO HUMANO VIRTUOSO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Alguns dias, antes da publicação da sua terceira encíclica, Fratelli Tutti (todos irmãos), em outubro de 2020, O Papa Francisco fez um discurso incisivo, dizendo que ninguém sai igual de uma crise como a pandemia. Concluiu que ou saímos melhores ou saímos piores. Na profusão de valoress da revolução francesa, que tinha como emblema a tríade *Liberté, Egalité, Fraternité*, curiosamente, o tema da fraternidade talvez tenha sido o princípio menos aprofundado. Foi marcante a foto do Papa rezando sozinho na Praça São Pedro, completamente vazia.

Falando sobre como diferentes culturas devem conviver, Francisco fez referência à canção "Samba da Bênção", de Vinicius de Moraes e Baden Powell. "A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro na vida", escreveu, citando os artistas brasileiros. No lugar da globalização que exclui, o papa é a voz que prega a urgência da inclusão e respeito ao mundo da diversidade e reconhecimento de que todas as pessoas merecem viver em ambientes de igualdade, valorização e respeito. Francisco reivindica o direito de todo ser humano de viver "com dignidade e desenvolver-se plenamente" e recorda que a pandemia evidenciou a incapacidade dos dirigentes de atuar em conjunto em um mundo falsamente globalizado.

Figura 6 - Papa rezando na Praça São Pedro



Foto: Reuters (2020). Disponível em: <https://www.reuters.com>.

A sabedoria do Papa Francisco, nos ensina que, de acordo com suas próprias palavras: "Não tem sentido acumular se um dia morreremos. O que precisamos acumular é caridade, a capacidade de partilhar, a capacidade de não ficar indiferentes às necessidades dos demais" (ACIDIGITAL, 2022). Para além de qualquer narrativa religiosa, está em jogo uma visão ecumênica do mundo, orientada pelos valores modernos da concórdia, paz, igualdade e fraternidade. O Papa Francisco proclama a espiritualidade profunda que deve mover as pessoas, em prol da convivência pacífica, movida pelo respeito à diversidade e o compromisso com o bem comum, onde todas as pessoas ganham.

Os tempos atuais suscitam a urgente necessidade de refletir e revisar os padrões de desenvolvimento que tem orientado as sociedades no mundo globalizado. Mudanças dos ventos pós-pandemia devem orientar mudanças de paradigmas, caso contrário, as próximas crises epidemiológicas poderão ser mais frequentes,

intensas e letais. Com as lições do presente, espera-se maior capacidade da governança global em aglutinar compromissos e esforços para uma concertação no âmbito da cooperação internacional.

Neste diapasão, temos a importante liderança da União Europeia nas iniciativas e políticas centradas na economia verde e a agenda de combate das mudanças climáticas dos Estados Unidos, apontando caminhos para a reconstrução da economia mundial pós-pandemia, através do diálogo economia-ecologia que resulte num sistema de produção mais resiliente e solidário. Estes processos passam pelo fortalecimento do multilateralismo de agendas globais como Acordo Climático de Paris (2015) e Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2015).

Sem dúvida, a Agenda 2030 da ONU com os seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), situa-se como desdobramento e atualização dos grandes desafios das sociedades para as próximas décadas. Esta agenda global "é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável" (AGENDA 2030).

A Agenda ODS explicita o enfrentamento dos grandes problemas contemporâneos desafios das sociedades no século 21 (combater a pobreza, reduzir desigualdades), e estimula pautas e práticas transversais e interdisciplinares, forjando um campo fértil de debates e iniciativas, na perspectiva da territorialização de políticas públicas, visando a transformação da realidade de coletividades locais.

Figura 7 – Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Estratégia ODS. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br>.

A educação ambiental pode ser beneficiada de diversas maneiras pela Agenda ODS, exatamente pela extensão e amplitude de temas, problemáticas e abordagens, na perspectiva de uma educação ambiental crítica, voltada para o paradigma da sustentabilidade pluridimensional. Não menos importante, vale considerar os esforços e compromissos com a Década dos Oceanos e a Década para a Restauração dos Ecossistemas, dentre outros mecanismos de cooperação global, com repercussões virtuosas nos planos nacional, regional e local.

Importante fazer chegar aos municípios do Pará, a oportunidade e benefícios que o planejamento municipal e suas políticas públicas, podem usufruir, seguindo a orientação dos ODS. As municipalidades precisam de apoio técnico, parcerias e recursos para garantir e executar políticas de governança multinível em todas

as áreas e campos de atuação. A solidariedade sincrônica (com a geração atual) e diacrônica (com as gerações futuras), constituem âncoras fundamentais da dimensão ética do desenvolvimento sustentável (SACHS, 2000; GARCÍA, 2004).

A consciência da degradação ambiental e a busca do desenvolvimento equilibrado e responsável, que reconheça os limites da natureza e a finitude de recursos naturais, ainda é muito recente na história. Embora muitos avanços já tenham sido alcançados, no que diz respeito à proteção da natureza e melhoria do padrão de vida de sociedades, sobretudo pelos países desenvolvidos, os desafios do desenvolvimento sustentável (eficiência econômica, inclusão social e prudência ambiental) permanecem, mais ainda de lutar para que a satisfação das necessidades das atuais gerações não inviabilize a satisfação de necessidades das futuras gerações (CMMAD, 1991).

Nesta perspectiva, os desafios da agenda ambiental estão interconectados e integrados aos desafios econômicos, políticos, sociais e culturais, no sentido de responder as crises, contradições e turbulências do desenvolvimento capitalista. A crise ambiental é parte indissociável da crise do modelo civilizacional (produtivismo, consumismo, perda de biodiversidade, conflitos nucleares, mudanças climáticas), que começou com a civilização ocidental, através da revolução industrial, mas se estendeu por todo mundo.

Por isso, a resposta do campo da educação ambiental precisa ser crítica, criadora de novas possibilidades e relações construídas dentro de um espaço dialógico, plural e transformador da sociedade atual. Enfim, a agenda 2030 dos ODS, reflete o amadurecimento das instituições de governança do meio ambiente global, governos nacionais e subnacionais e diferentes segmentos governamentais e não governamentais, e dos cidadãos, na construção de uma sociedade mais igualitária e sustentável.

Assim como os ideais de liberdade, democracia e justiça, foram se consolidando como fundamentos da modernidade; sem dúvida, a sustentabilidade é o novo valor que busca se legitimar na história contemporânea (VEIGA, 2010).

REFERÊNCIAS

ACIDIGITAL. “Nunca vi atrás de um carro fúnebre um caminhão de mudanças”. **Acidigital** [09/02/2022]. Disponível em: <https://www.acidigital.com>. Acesso em: 11/02/2022.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GARCÍA, E. **Medio ambiente y sociedade**: la civilización industrial y los limites del planeta. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 1995.

MASI, D. **Alfabeto da sociedade desorientada**: para entender o nosso tempo. São Paulo: Objetiva, 2017.

MASON, P. **Pós-capitalismo**: um guia para o nosso futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ONU – Organização das Nações Unidas. “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. **ONU** [2020]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org>. Acesso em: 16/09/2020.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

VEIGA, J. E. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. São Paulo: SENAC, 2010.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A primeira pandemia que se projetou de forma global do século 21, embora com a chegada célere e providencial das vacinas, deixa um saldo desastroso de mortes, prejuízos econômicos, sociedades arrebentadas pelo desemprego e territórios devastados por dores e tristezas. A geopolítica da pandemia segue ainda um curso implacável de traumas nas diversas partes do planeta. As dinâmicas nacionais e locais de espalhamento do coronavírus, manifestam grandes assimetrias de impactos e resiliências entre regiões, países e continentes.

A COVID-19 trouxe impactos, transtornos e perdas incalculáveis. Esta terrível doença tem se alastrado de forma devastadora pelo planeta. Um vírus letal e mortífero, que desencadeou uma guerra sem trégua. A pandemia tornou cristalino, com todas as letras e tons, as imensas desigualdades locais e planetárias, sobretudo na periferia do sistema-mundo (sul global). Nenhuma viva alma se safou do alcance do coronavírus, mas as pessoas mais pobres e vulneráveis estão padecendo os males com maior severidade.

A crise sanitária resulta do cruzamento e encaixe de várias crises civilizacionais, sistêmicas e multidimensionais, sobretudo pela destruição ambiental, desequilíbrios ecossistêmicos e incapacidade de governança sanitária no contexto mundial e nacional. Fica evidente que as alternativas de reformas e transformações do sistema passam por políticas de desenvolvimento sustentável e cooperação multilateral.

A guerra contra esse coronavírus está muito longe de acabar. Especialistas falam na emergência de uma era de pandemias, que estão terrivelmente associadas às emergências climáticas, ambientais e sociais. Pela ação dos desmatamentos e colapso da

maior floresta dos trópicos úmidos, a Amazônia pode ser o próximo ambiente de propagação de patógenos e polo de pandemias. As vacinas não foram providenciadas de forma adequada e o Brasil está muito vulnerável ao recrudescimento da COVID-19. O anúncio de novas variantes da pandemia traz a sensação de um pesadelo sem fim.

A COVID-19 pode estar anunciando uma perigosa safra de pandemias e conflitos transnacionais, que conecta ciclos de várias e interligadas "emergências globais", como o aquecimento global e mudanças climáticas devastadoras, a violência institucionalizada que pune populações desassistidas, o perigo constante de governos autoritários e as gritantes desigualdades socioeconômicas que avançam com a globalização excludente.

As ferramentas e plataformas digitais são avanços relevantes para o aumento da produtividade do trabalho, melhoria das aprendizagens nos processos educativos, comunicacionais e demais setores da sociedade. O ensino presencial deve ser harmonizar com as possibilidades tecnológicas (potencializando o ensino à distância) e favorecer ambientes criativos e interativos.

A explosão da crise sanitária trouxe a polarização política, a intolerância, as *fakenews*, o ódio e a ignorância, que colocaram combustível na proliferação de outras guerras irregulares, ensandecidas, que invade lares, redes sociais e esquinas do planeta. Por outro lado, permitiu a redescoberta do valor da vida e de pequenos gestos e atitudes, fomentou redes de fraternidades e resiliências, e nutriu a alma da esperança que nunca morre.

Grande parte da população ainda não percebeu que estamos no modo "Guerra", contra variações desconhecidas de um vírus letal. Há quer ser registrado o extraordinário avanço científico nos laboratórios, centros de pesquisas, instituições médicas e grupos envolvidos com o desenvolvimento das vacinas. Neste transe

interminável, vale ressaltar, a ciência está dando uma contribuição notável para a humanidade.

A sociedade mundial precisa reinventar-se, forjar outros projetos de sociabilidade que coloque a ciência, a educação e os direitos de cidadania no coração da vida pública dos países e do mundo. A pandemia impõe a transição para outro mundo a ser desenhado e construído sob o signo de uma "nova economia", "nova cultura" e "nova política", ainda que num cenário permanente de insegurança, de incerteza e de medo.

Consciência dos problemas socioambientais, reorientação do modelo econômico para atividades que gerem menos emissões de CO2 (baixo carbono) e Investimentos maciços em pesquisas científicas e infraestruturas sanitárias, são caminhos para evitar outras catástrofes e pandemias que fatalmente virão. Certamente os estados nacionais estarão mais pressionados por demandas de serviços públicos e infraestrutura social nas próximas décadas. São questões cruciais para reverter a lógica da destruição do sistema hegemônico em curso.

Urgentíssimo a humanidade transitar para um outro modelo de desenvolvimento, com base na responsabilidade e na sustentabilidade, que combata a "tripla emergência ambiental" (perda de biodiversidade, tragédias climáticas e as alarmantes formas de poluição). O modelo perdulário atual está no caminho da catástrofe civilizatória.

Na transição para a terceira década do século 21, as percepções de vidas coletivas (entre nações, culturas, etnias, gêneros) interdependências, solidariedades, valorização das ciências, conhecimentos e saberes, são algumas das palavras-chave na era atual de incertezas, esperanças, superações e utopias. Nós (humanos), somos parte da natureza e do equilíbrio ecológico

global, e, por isso, é urgente a construção de um novo paradigma de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

SOBRE O AUTOR

SOBRE O AUTOR



Alberto Teixeira da Silva é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor titular aposentado pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua nos temas sobre Amazônia, meio ambiente, sustentabilidade, governança, relações internacionais, geopolítica e políticas públicas. Atualmente é técnico em gestão ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS). E-mail para contato: alberts.ufpa@gmail.com

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/livros

Copyright © Editora IOLE
2022

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

EDITORA IOLE

Coleção Comunicação e Políticas Públicas

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022